

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PARA UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO



Wilson Noé Garcés Aguilar

(Organizador)

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PARA UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO



Wilson Noé Garcés Aguilar

(Organizador)

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Diagramação: Helber Pagani de Souza
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editora Chefe:

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Organizador:

Wilson Noé Garcés Aguilar

Bibliotecário:

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College - USA
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín - Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Lívia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo

Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca - Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A283 Administração de empresas para um mundo em transformação /
Organizador Wilson Noé Garcés Aguilar. – Curitiba, PR: Artemis,
2020.
121 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-12-5

DOI 10.37572/EdArt_125300720

1. Administração de empresas. 2. Planejamento estratégico.
I. Aguilar, Wilson Noé Garcés.

CDD 658.4012

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

Asistimos a un mundo que se transforma constantemente en la biosfera y en la vida social, en consecuencia, la generación de nuevo conocimiento debe corresponder al entendimiento, interpretación y comprensión de los cambios sustanciales en el campo de conocimiento de la administración de empresas para la ampliación de los marcos de referencia con los cuales logramos explicar y aportar en la relación empresas, sociedad, instituciones y Estado.

El libro “**Administración de empresas para un mundo en transformación**” es un esfuerzo de diversos investigadores, en el cual se aborda las lógicas de acción empresariales, institucionales y de grupos sociales desde estudios de casos particulares y sectoriales.

En tal sentido, el lector encontrara un abordaje contemporáneo en el estudio de la administración de empresas, marcado por la interdisciplinariedad, la divergencia de objetos de estudios, actores y organizaciones, lo cual evidencia que ante un mundo en transformación requerimos de una administración de empresas en constante construcción y deconstrucción.

Wilson Noé Garcés Aguilar

Assistimos a um mundo em constante transformação na biosfera e na vida social. Consequentemente, a geração de novos conhecimentos deve possibilitar a interpretação e compreensão de mudanças substanciais no campo de estudos em administração de empresas, para que se possa expandir os quadros de referência com os quais podemos explicar e contribuir para o relacionamento entre empresas, sociedade, instituições e Estado.

O livro “**Administração de empresas para um mundo em transformação**” é um esforço de diversos pesquisadores que abordam a lógica das ações de grupos empresariais, institucionais e sociais a partir de estudos de caso particulares e setoriais.

Nesse sentido, o leitor encontrará uma abordagem contemporânea no estudo de administração de empresas, marcada pela interdisciplinaridade, a divergência de objetos de estudo, atores e organizações, o que demonstra que, diante de um mundo em mudança, requer-se que a administração de empresas esteja em constante construção e desconstrução.

Wilson Noé Garcés Aguilar

SUMÁRIO

LÓGICAS DE AÇÕES EMPRESARIAIS

CAPÍTULO 1 1

FATORES CONDICIONANTES AO SUCESSO DE STARTUPS

Fabiano Alves Pereira
Ana Claudia Granato
Geoffroy Roger Pointer Malpass

DOI 10.37572/EdArt_1253007201

CAPÍTULO 2 13

EMPREENDEDORISMO E ESTRATÉGIA GERENCIAL: OS RESPONSÁVEIS PELO FORTALECIMENTO DA MARCA DA FÁBRICA DE BALAS DE BANANA ANTONINA

Hugo Leonardo de Freitas
Suelen dos Santos Plante
Geórgia da Cunha Ben

DOI 10.37572/EdArt_1253007202

CAPÍTULO 3 27

ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTOS E SELEÇÃO DE FORNECEDORES: UM ESTUDO DE CASO

Natália Delfes Zago
Ana Claudia Granato
Flávio Molina da Silva
Geoffroy Roger Pointer Malpass

DOI 10.37572/EdArt_1253007203

CAPÍTULO 4 40

ADAPTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE VALOR E DIFERENCIAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS INSTITUCIONAIS PARA O POSICIONAMENTO DOS CAFÉS DO BRASIL

Marco Aurélio Oliveira Santos
Diego Pereira Costa
Léo César Parente de Almeida

DOI 10.37572/EdArt_1253007204

LÓGICAS DE AÇÕES DE INSTITUIÇÕES E DE GRUPOS SOCIAIS

CAPÍTULO 5 52

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) SOB A ÓTICA DA TEORIA DO PROGRAMA

Ivy Silva Costa
Suely de Fátima Ramos Silveira

DOI 10.37572/EdArt_1253007205

CAPÍTULO 6 67

DESCENTRAR-NOS E IMPENSAR-NOS LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES ENCLAVE DE UNA LATINOAMERICA DIVERSA

Wilson Noé Garcés Aguilar
Lina Juliana Robayo Coral

DOI 10.37572/EdArt_1253007206

CAPÍTULO 7	78
ESTUDO DO COMPORTAMENTO HUMANO FRENTE ÀS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS, NA ZETHA, DURANTE O PERÍODO DE 2015/1	
Nicolle Oliveira Tavares	
Lucia Regina Silveira Auzani	
Ávilo Roberto de Magalhães	
Rosa de Almeida Freitas Albuquerque	
DOI 10.37572/EdArt_1253007207	
CAPÍTULO 8	94
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA PATRONATO DE PARANAGUÁ NA REINserÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO MERCADO DE TRABALHO	
Luciane Silva Franco	
Geórgia da Cunha Ben	
Josiane Medeiros	
Antonio Carlos Franco	
DOI 10.37572/EdArt_1253007208	
CAPÍTULO 9	104
OS IMPACTOS DA ESTRUTURA URBANA NA MOBILIDADE DE CAMINHÕES NA CIDADE DE PARANAGUÁ SOB A PERSPECTIVA DOS CAMINHONEIROS	
Angela Schastai	
Gabriel Calazans	
Laís Caroline Nogueira	
Geórgia da Cunha Ben	
DOI 10.37572/EdArt_1253007209	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	119
ÍNDICE REMISSIVO	120

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) SOB A ÓTICA DA TEORIA DO PROGRAMA

Data de submissão: 16/05/2020

Data de aceite: 15/07/2020

Ivy Silva Costa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba

Departamento Acadêmico de Ciências Gerenciais

Rio Pomba – Minas Gerais

<http://lattes.cnpq.br/5623549104855364>

Suely de Fátima Ramos Silveira

Universidade Federal de Viçosa

Departamento de Administração e Contabilidade

Viçosa – Minas Gerais

<http://lattes.cnpq.br/4041789153483476>

RESUMO: O presente estudo buscou evidenciar a importância da Teoria do Programa e de sua representação pelo Modelo Lógico, proposto pelos técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para o desenvolvimento da avaliação de políticas públicas. Focou-se no Programa Universidade para Todos (Prouni), que visa a inclusão social por meio da democratização do ensino superior. O objetivo da pesquisa foi analisar os principais elementos normativos do Prouni a fim de expressar a Teoria do Programa que está subjacente a este programa. Utilizou-se da análise documental da

legislação sobre o Prouni referente ao período de 2004 a 2016. A análise sob a ótica da Teoria do Programa possibilitou verificar a coerência do programa, o qual apresenta organização teórica, consistência, relação causal e legislação bem elaborada. Os resultados encontrados dão subsídio à elaboração de indicadores de desempenho, servindo como ponto de partida para estudos futuros sobre a avaliação do Prouni. **PALAVRAS-CHAVE:** Política Pública. Avaliação. Teoria do Programa. Modelo lógico. Prouni.

THE UNIVERSITY FOR ALL PROGRAM (PROUNI) FROM THE POINT OF VIEW OF THE PROGRAM THEORY

ABSTRACT: The present study sought to highlight the importance of the Program Theory and its representation by the Logical Model, proposed by technicians from the Institute of Applied Economic Research (IPEA), for the development of public policy evaluation. It focused on the University for All Program (Prouni), which aims at social inclusion through the democratization of higher education. The objective of the research was to analyze the main normative elements of Prouni in order to express the Program Theory that underlies this

program. The documentary analysis of the legislation on Prouni for the period from 2004 to 2016 was used. The analysis from the perspective of the Program Theory made it possible to verify the coherence of the program, which presents theoretical organization, consistency, causal relationship and well-drafted legislation. The results found support the development of performance indicators, serving as a starting point for future studies on the evaluation of Prouni.

KEYWORDS: Public policy. Evaluation. Program Theory. Logical model. Prouni.

1 . INTRODUÇÃO

Com a ascensão da política neoliberal no Brasil na década de 1990 foi proposto um conjunto de reformas estruturais. A primeira delas foi a redução do papel do Estado, a partir da qual transferiu-se a responsabilidade da saúde e educação para a sociedade civil e iniciativa privada. Assim, a educação deixou de ser um serviço exclusivo do Estado e passou a ser uma mercadoria. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 fortaleceu a educação no setor privado, principalmente o ensino superior que passou a ter um papel fundamental na nova configuração de acumulação do capital (AREQUE, 2014).

No final da década de 1990 o ensino superior privado expandiu, disponibilizando um número excessivo de vagas que não foram preenchidas. Além disso, as instituições de ensino superior (IES) privadas enfrentavam considerado grau de inadimplências e evasões devido à recessão econômica do país. A situação das IES privadas era de incerteza, já que os rendimentos reais diminuían e o desemprego aumentava, o que dificultava o pagamento das mensalidades por muitos assalariados (CARVALHO, 2005; AREQUE, 2014).

O cenário das IES privadas melhorou a partir do ano de 2003, pois buscou-se atender as metas e objetivos estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) do ano de 2001, como democratizar o acesso ao ensino superior e aumentar de 9% para 30% o percentual da população de 18 a 24 anos que frequentava este nível de ensino até 2010 (CARVALHO, 2005; CATANI; HEY; GILIOLI, 2006).

Assim, no ano de 2004, sob a Medida Provisória 213, o Governo Federal criou o Programa Universidade para Todos (Prouni), o qual foi instituído pela Lei nº 11.096 de 2005 e tem como finalidade ampliar o acesso a cursos de graduação e sequenciais de formação específica em IES privadas através da concessão de bolsas de estudo parciais e integrais. Estas são concedidas a alunos de baixa renda, egressos do ensino médio da rede pública ou particular na condição de bolsista integral, estudantes com deficiência e professores da rede pública de educação básica. Em contrapartida, o Governo Federal concede às IES privadas, isenção de impostos e tributos incidentes sobre o lucro ou sobre a receita auferida em suas atividades (BRASIL, 2005).

O Prouni é uma política pública que apresenta resultados positivos, entretanto, demanda melhorias por ser um programa recente e por fazer parte de um “cenário de disputas que envolvem interesses públicos e privados” (AMARAL; OLIVEIRA, 2011, p.11). Acredita-se que para as melhorias acontecerem, seja preciso realizar uma avaliação do programa.

De acordo com Moreira e Silveira (2016) é importante resgatar a teoria subjacente ao se avaliar um Programa. Nas últimas décadas, desenvolveu-se uma metodologia que tem como referência a avaliação orientada pela Teoria do Programa. Esta reforça a importância da construção de modelos teóricos e lógicos de avaliação e apresenta um esquema conceitual que ilustra elementos importantes para serem considerados na atividade avaliativa. Como os documentos oficiais não trazem especificados os insumos, as atividades e os resultados esperados, a avaliação da política pública é dificultada e, por isso, torna-se importante a sua estruturação (FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALEZ, 2007).

Com base no exposto e na importância do Prouni como política pública de democratização do ensino superior, a presente pesquisa buscou analisar os principais elementos normativos que o caracterizam para expressar a Teoria do Programa que está subjacente.

Enfatiza-se que não detectou-se na literatura trabalho semelhante ao que se propôs quanto ao Prouni. Pesquisas sobre o Prouni têm focado o contexto histórico de criação e implantação do programa; a análise de determinada IES privada ou grupo de estudantes que foram beneficiados pelo Programa; e a avaliação do programa quanto à justiça social, inclusão de pessoas menos favorecidas e renúncia fiscal.

Além disso, Brousselle & Champagne (2011) afirmam que há poucos trabalhos sobre Teoria do Programa, o que justifica a importância teórica deste estudo, uma vez que buscará expandir a literatura da área e fornecer bases para estudos futuros sobre avaliação de políticas públicas.

Na seção a seguir, uma revisão de literatura sobre avaliação de políticas públicas e Teoria do Programa é apresentada. Em seguida, tem-se o método utilizado neste estudo para a realização do Modelo Lógico do Prouni e, posteriormente, os resultados das análises são discutidos. Finalmente, são apresentadas as contribuições, limitações e orientações para futuras pesquisas.

2 . REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Avaliação de Políticas Públicas

Segundo Souza (2006) a política pública busca colocar o governo em ação, analisar esta ação e, se necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas

ações. A partir disto, entende-se que o Estado cria políticas públicas em resposta às necessidades da sociedade e de si próprio.

Ressalta-se que após a implementação de uma política é importante avaliar seus resultados e relacionar com as ações e finalidades que foram planejadas. Sanches (2013) ressalta que a avaliação deve auxiliar na correção de rumos ou na mudança da forma como o programa é executado. Outra alternativa é a retirada da política ou programa da agenda do governo. Infere-se que a avaliação de políticas públicas é essencial, pois as demandas são crescentes e os recursos escassos.

Schofield & Sausman (2004) mencionam que a avaliação de políticas públicas está em ascensão na literatura. Sanches (2013) enfatiza que a avaliação tem se tornado cada vez mais importante, visto que é uma forma de prestar contas ao órgão de fomento e a toda a comunidade, além de buscar melhorar o desenho, a implementação e a execução do programa.

Em relação ao momento em que se realiza, a avaliação pode ser classificada em *ex-ante*, de processo e *ex-post*. O primeiro tipo de avaliação corresponde à ação inicial avaliatória que deve acontecer antes de se começarem as atividades de um projeto, pois tem como objetivo auxiliar o processo decisório quanto a conveniência ou não de se realizar o projeto (COTTA, 1998; BELLONI et al., 2003).

A avaliação de processo compreende o monitoramento contínuo das atividades. É realizada durante a execução das atividades, ou seja, informa sobre o andamento do programa e o seu foco é a verificação dos acertos e erros na implantação do projeto (MARINO, 2003; COHEN; FRANCO, 2008).

A avaliação *ex-post* corresponde à avaliação de resultados, que verifica os benefícios proporcionados aos participantes após a conclusão de ao menos uma etapa do Programa. Esta avaliação determina os méritos ou fracassos e orienta decisões sobre sua continuidade, adoção ou suspensão (COSTA; CASTANHAR, 2003; MARINO, 2003).

Ortegón, Pacheco & Prieto (2005) classificam a avaliação em formativa e somativa. A primeira é realizada durante a execução do projeto, pois tem como objetivo a melhoria do projeto através de alterações durante o ciclo do projeto. Já a avaliação somativa, geralmente, é realizada no final da execução do projeto ou em uma intervenção madura. Este tipo de avaliação serve para concluir a respeito de um projeto e/ou para melhorar projetos futuros. Assim, pode-se dizer que a avaliação formativa engloba as avaliações *ex-ante* e de processo, pois busca-se ajudar na concepção e estruturação do programa e a avaliação somativa corresponde à avaliação *ex-post*, já que auxiliam na tomada de decisões de uma intervenção (COTTA, 1998; MORRA-IMAS & RIST, 2009).

2.2 Teoria do Programa

A Teoria do Programa recebeu maior atenção quando necessitou-se produzir conhecimento a respeito da teoria subjacente dos programas. Assim, nas últimas décadas, houve uma crescente utilização desta Teoria, o que contribuiu para o desenvolvimento do campo de avaliação (BROUSSELLE & CHAMPAGNE, 2011; ROGERS & HUMMELBRUNNER, 2012).

Sabe-se que os programas, principalmente os sociais, são, na maioria das vezes, mal concebidos, ou seja, construídos com base em conhecimentos inconsistentes e crenças, o que faz com que a Teoria do Programa seja importante para que os avaliadores compreendam as proposições teóricas em que o programa se baseia (BROUSSELLE & CHAMPAGNE, 2011). Para Rogers & Hummelbrunner (2012) uma das formas de desenvolver a Teoria do Programa é por meio dos documentos formais do programa.

Ressalta-se que a Teoria do Programa especifica os resultados, o como e o porquê da intervenção, representando um modelo de como o programa deve funcionar e evidenciando as relações de causa e efeito dele. Assim, pode-se dizer que corresponde a um modelo causal explícito que articula o propósito e os objetivos da política de acordo com os resultados desejados, ou seja, postula que se X acontecer, então Y deve ocorrer (BICKMAN, 1987; WEISS, 2000; MORRA-IMAS; RIST, 2009; ROGERS; HUMMELBRUNNER, 2012).

Tem-se na literatura que uma das formas de representar a Teoria do Programa é por meio da cadeia causal de resultados, a qual concebe a intervenção em termos de insumos, processos (atividades) e resultados, com base nos pressupostos causais que os conecte. Os insumos são utilizados para que as atividades sejam realizadas, conseqüentemente, os resultados esperados com o programa serão produzidos. Estes poderão ser de curto, médio ou longo prazo (impacto) (BICKMAN, 1987; W. K. KELLOGG FOUNDATION, 2004; ROGERS; HUMMELBRUNNER, 2012).

De acordo com Brousselle & Champagne (2011) o modelo lógico representa um tipo particular de avaliação que é usado para representar a Teoria do Programa. Os atores mencionam que há duas formas de se fazer a análise lógica, a direta e a reversa. Na primeira verifica-se se o programa é planejado de maneira a alcançar os resultados esperados e na segunda o avaliador busca as melhores formas de atingir os resultados desejados. A análise lógica direta é uma avaliação formativa e a análise lógica reversa uma avaliação somativa.

O modelo lógico sintetiza as informações centrais do projeto, facilitando a compreensão sistemática e visual das conexões entre os elementos essenciais do programa. Assim, ao utilizar a Teoria do Programa para embasar um processo avaliativo, deve-se resgatar o desenho inicial da política, traçando os objetivos,

insumos, atividades e resultados esperados. Os pressupostos sobre os insumos e as atividades e como estes levam aos resultados esperados que são entendidos como a Teoria do Programa (W. K. KELLOGG FOUNDATION, 2004; BAMBERGER; RUGH; MABRY, 2006; FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALEZ, 2007; PFEIFFER, 2014).

Segundo Bickman (1987) a Teoria do Programa auxilia na identificação do problema da política que está sendo avaliada; na escolha de medidas apropriadas para a avaliação; no monitoramento da implementação; e na identificação do problema caso o programa não seja bem sucedido, o qual pode ser teórico (falha nas atividades para gerar os efeitos desejados) ou com a implementação (falha no programa).

Para a identificação da teoria subjacente de um programa, Lipsey (1993) recomenda que sejam seguidas quatro diretrizes, a saber: (1) definir o problema do programa; (2) identificar os “ingredientes” efetivos do programa; (3) descrever os mecanismos pelos quais o programa se destina a alcançar o(s) resultado(s) desejado(s); e (4) determinar os resultados pretendidos.

Com base no exposto, pode-se dizer que a Teoria do Programa, por meio do modelo lógico, é uma forma de avaliação que gera conhecimento e informação para aperfeiçoar o processo de formulação e implementação de uma política pública. Tem-se, na Figura 1, o modelo teórico utilizado nesta pesquisa.

Figura 1 - Teoria do Programa: Modelo Lógico.



Fonte: Adaptado de Cassiolato e Guerresi (2010) e Morra-Imas & Rist (2009).

A Teoria do Programa explicita e descreve as ideias, hipóteses e expectativas que compõem o programa e o seu funcionamento esperado. De acordo com a Figura 1, têm-se as hipóteses de que os recursos serão transformados em ações (atividades) necessárias para que os beneficiários sejam contemplados com o programa, o que levará aos resultados esperados. Assim, a Figura 1 representa uma cadeia de conexões através da qual é possível saber como um programa funciona para

alcançar o(s) resultado(s) desejado(s). Ressalta-se que para concluir o modelo lógico é preciso pensar sobre as possíveis influências do contexto sobre o programa (CASSIOLATO; GUERESI, 2010; FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALEZ, 2007). Schofield & Sausman (2004) ressaltam que o contexto da política pública é tão importante quanto o conteúdo dela, por isso o mesmo foi inserido na Figura 1.

3 . METODOLOGIA

A finalidade deste estudo foi resgatar a Teoria do Programa do Prouni, demonstrando a cadeia de causalidade entre os insumos, atividades e resultados a fim de verificar se o objetivo geral proposto do Programa é capaz de ser alcançado da forma como a intervenção está desenhada.

Ao que se refere à abordagem, a pesquisa foi classificada como qualitativa. Para Vieira e Zouain (2005) este tipo de pesquisa confere importância à exposição detalhada dos fenômenos e elementos que circundam o objeto de estudo, aos seus significados e contextos.

Quanto aos objetivos, este estudo pode ser classificado como descritivo e explicativo, pois buscou-se apresentar o Prouni com base na Teoria do Programa e, conseqüentemente, desvelar a cadeia causal do Programa para que o objetivo proposto seja alcançado.

Em relação aos procedimentos técnicos, o presente trabalho foi considerado documental, já que foram analisadas as principais legislações de um programa público específico por meio da Teoria do Programa.

Ressalta-se que as análises foram baseadas em dados secundários, mais especificamente em elementos normativos que institucionalizam e orientam a execução do Prouni, como medidas provisórias, portarias, decretos e leis que estão disponibilizadas no Portal Prouni que é um site do Ministério da Educação (MEC). Foram analisadas as legislações disponibilizadas entre os anos de 2004 e 2016 e selecionadas as que mais contribuíam para a realização deste trabalho.

Utilizou-se da técnica de análise documental para extrair informações dos documentos selecionados. A análise documental trata-se de um processo de “garimpagem” e sugere-se que a realização dela ocorra em dois momentos, a saber: organização do material e tratamento dos dados de acordo com o problema proposto pela investigação (PIMENTEL, 2001).

No primeiro momento, o material coletado e selecionado no site do Portal Prouni foi organizado de forma a torná-lo inteligível conforme a proposta da pesquisa e, posteriormente, o material foi analisado com base na Teoria do Programa, por meio da metodologia do Modelo Lógico proposta pelo IPEA. Ressalta-se que a análise dos

documentos foi o principal meio de concretização deste estudo (PIMENTEL, 2001).

Enfatiza-se que a análise dos documentos do Prouni se baseou em três componentes que foram definidos pelo IPEA para a construção da Teoria do Programa e do Modelo Lógico para programas já existentes, segundo Cassiolato e Guerresi (2010), a saber: 1. Explicação do problema e referências básicas do programa (objetivo, público-alvo e beneficiários); 2. Estruturação do programa para alcance de resultados (insumos/recursos, atividades, produtos, resultados intermediários – curto e médio prazos - e impactos); e 3. Identificação de fatores relevantes de contexto que podem ter influenciado a implementação do programa.

4 . RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados do estudo, a seleção dos documentos analisados e os componentes utilizados para a construção da Teoria do Programa com base no modelo pelo IPEA.

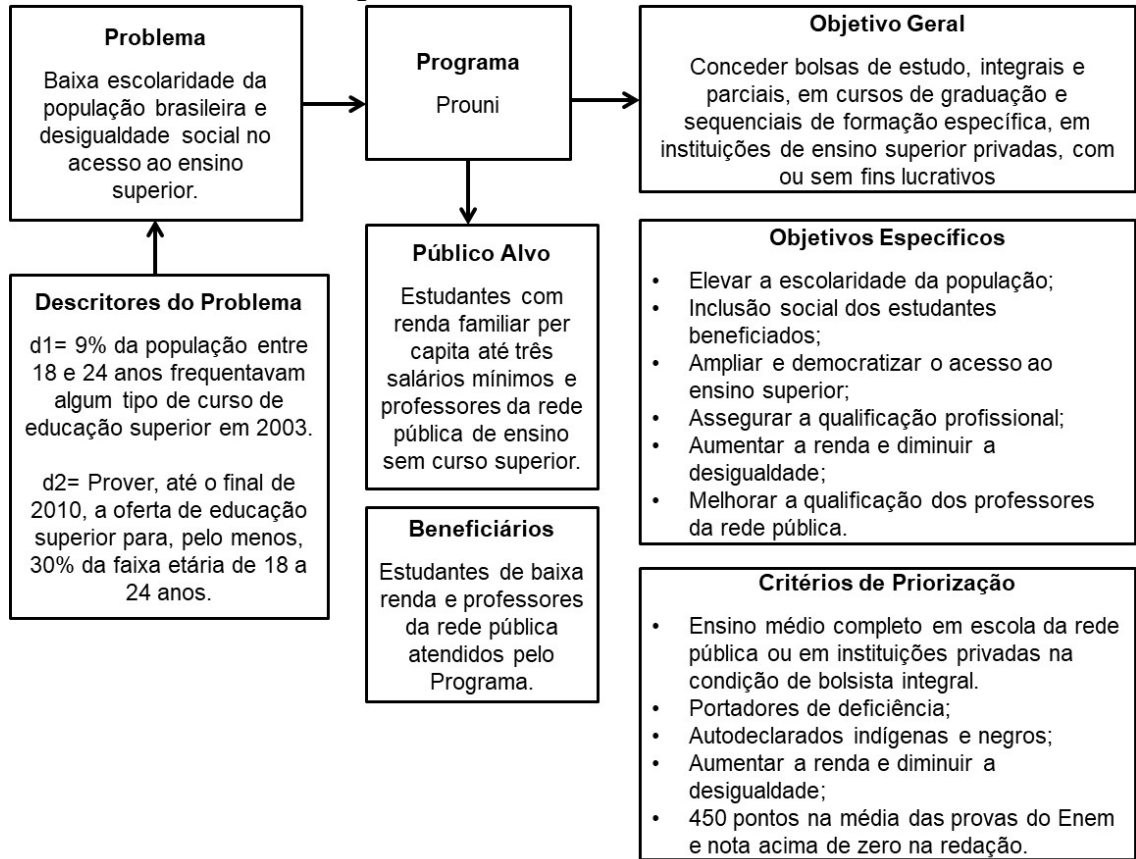
Dentre todos os documentos disponibilizados no site Portal Prouni, selecionou-se 2 (duas) Medidas Provisórias, 1 (um) Decreto, 4 (quatro) Leis e 29 (vinte e nove) Portarias. Ressalta-se que os documentos excluídos referiam-se a prorrogações de prazos, editais de processo seletivo da formalização da adesão e da emissão de termos aditivos, editais de processo seletivo semestrais para estudantes e para vagas remanescentes.

4.1 Teoria do Programa

4.1.1 Referências básicas e explicação do problema do Prouni

A Figura 2 demonstra os descritores da situação, os quais mostram que o problema existe devido às evidências da situação inicial e introduzem o problema de política pública que originou o Prouni. Em seguida, apresentam-se as principais características do programa que delimitam seu campo de atuação, quais sejam, objetivos, público alvo, beneficiários e critérios de priorização. Ressalta-se que a Figura 2 foi elaborada com base nos documentos analisados e em Areque (2014).

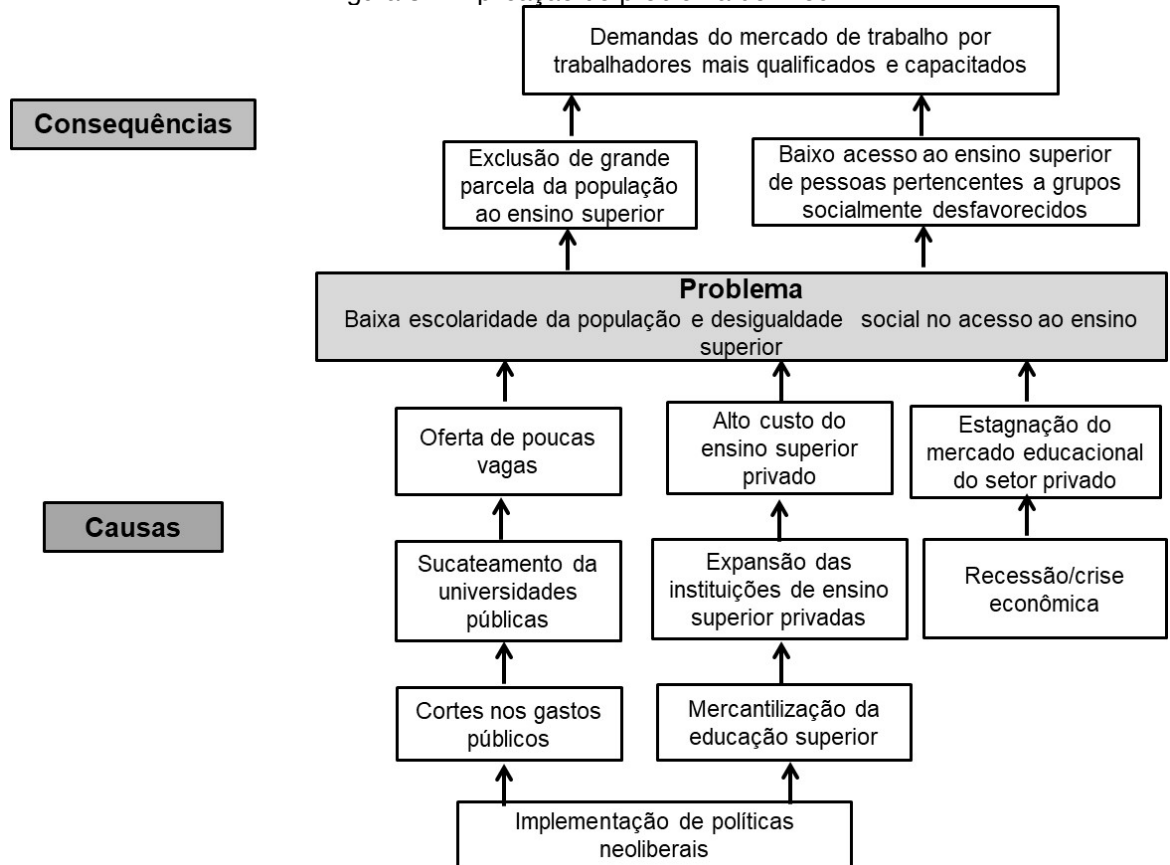
Figura 2 - Referências básicas do Prouni



Fonte: Resultado com base no modelo proposto por Cassiolato e Guerresi (2010).

Na Figura 3, a seguir, tem-se a explicação do problema do Prouni por meio da construção de uma árvore de problemas, o que facilita a realização da análise do problema. Esta inicia-se com o problema central e os demais problemas irão compor as causas ou as consequências daquele, conforme se verifica na Figura 3. Enfatiza-se que esta também foi elaborada com base nos documentos analisados e em Areque (2014).

Figura 3 - Explicação do problema do Prouni



Fonte: Resultado com base no modelo proposto por Cassiolato e Guerresi (2010).

Para entender a Figura 3, torna-se necessário esclarecer alguns acontecimentos históricos. Em 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) firmou um acordo com o FMI e assumiu a agenda indicada pelo Consenso de Washington. Nesse período, predominava no Brasil o modelo neoliberal, o qual, na área da educação, diminuiu os investimentos nas universidades públicas e promoveu a mercantilização da educação superior. Ressalta-se que um dos pressupostos da perspectiva neoliberal em relação à educação era “a elevação da escolaridade da grande massa da população visando atender às novas demandas do mercado de trabalho” (AREQUE, 2014, p.58).

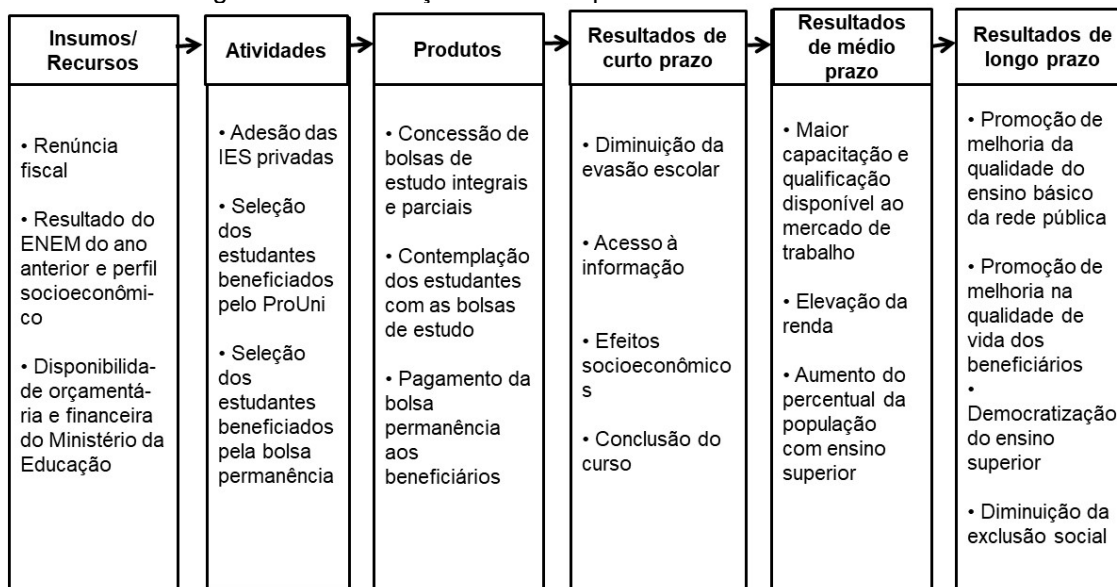
O sucateamento das universidades públicas fez com que as vagas nelas fossem bastante disputadas e não suficientes para atender a população interessada em realizar o ensino superior, o que possibilitou a expansão de instituições privadas de ensino superior. Devido à crise financeira no início da década de 2000, as instituições de ensino privadas apresentaram um quadro elevado de vagas ociosas e inadimplências devido à dificuldade de muitos em realizar o pagamento. Neste período, dados da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (PNAD) de 2003 e do Censo da Educação Superior de 2002 revelaram que apenas 9% da população entre 18 e 24 anos frequentavam algum tipo de curso de educação superior, sendo que a meta traçada no Plano Nacional de Educação de 2001 era ter 30% deste mesmo extrato da população brasileira com educação superior até o final da década.

Foi neste contexto, em 2003, que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência e prosseguiu a política internacional denominada de Pós-Consenso de Washington e criou-se o Prouni em 10 de setembro de 2004 (AREQUE, 2014).

4.1.2 Estruturação do programa para alcance de resultados – Modelo Lógico

Com base na descrição realizada no item 4.1 sobre o Prouni, pode-se inferir que para o alcance do objetivo do Programa são necessários recursos financeiros e não financeiros, respectivamente por parte do Governo Federal e dos estudantes, conforme Figura 4.

Figura 4 - Estruturação do Prouni para o alcance dos resultados



Fonte: Resultado da pesquisa com base no modelo proposto por Cassiolato e Guerresi (2010).

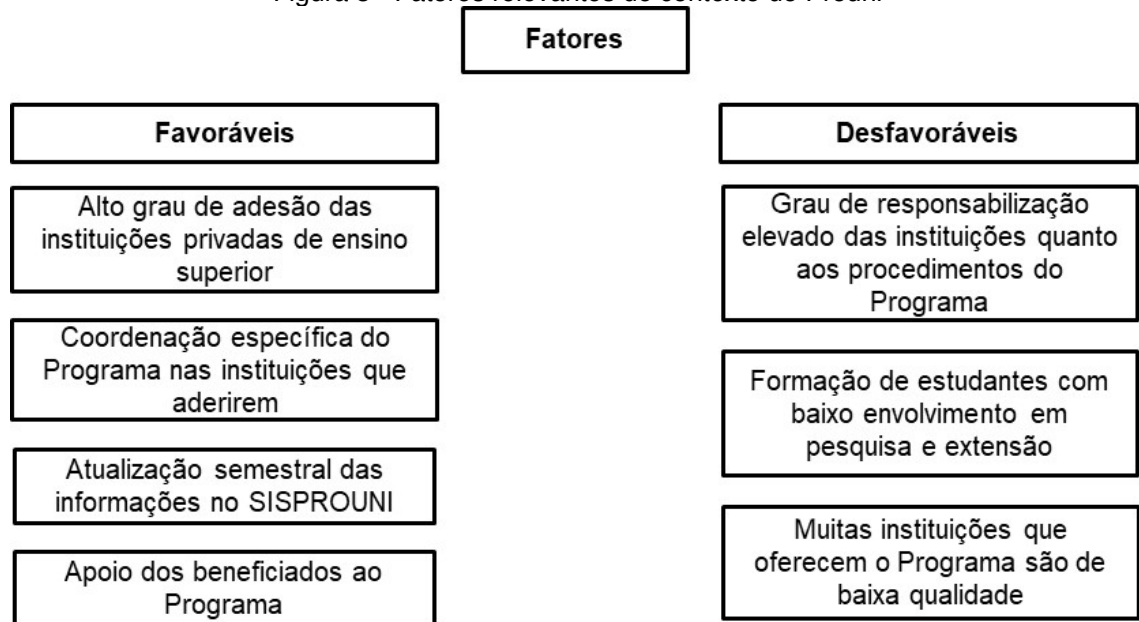
Acredita-se que os produtos descritos são consequências diretas das atividades mencionadas na Figura 4, pois os documentos analisados demonstraram isso. Já os resultados de curto, médio e longo prazo são consequências que dependem mais do esforço dos bolsistas. Enfatiza-se que a execução do programa proporciona a geração de empregos diretos/indiretos e fomenta a área educacional.

De acordo com a Figura 4, pode-se inferir que se houver investimento por parte do Governo Federal e do estudante, então será possível a execução do Programa, que por conseguinte possibilita o aumento do percentual da população com ensino superior, maior qualificação do mercado de trabalho e elevação da renda e, num horizonte de longo prazo, integrando outras políticas públicas, permitirá alcançar a promoção da melhoria do ensino básico da rede pública porque o Programa insere os professores, a promoção da melhoria na qualidade de vida dos beneficiários, a democratização do ensino superior e a diminuição da exclusão social neste nível de ensino.

4.1.3 Identificação de fatores relevantes de contexto

Para finalizar a construção da Teoria do Programa, refletiu-se sobre os fatores relevantes do contexto que podem contribuir ou comprometer o desenvolvimento do Programa. Destaca-se que a análise desses fatores deve ser realizada constantemente, pois o ambiente está sempre alterando.

Figura 5 - Fatores relevantes de contexto do Prouni



Fonte: Resultado com base no modelo proposto por Cassiolato e Gueresi (2010).

Em relação aos fatores de contexto da Figura 5, ressalta-se a responsabilidade que é dada às IES privadas que aderem ao Prouni por meio dos coordenadores do Programa, pois ao mesmo tempo que isso é favorável para o desenvolvimento do Programa, é desfavorável, pois eles possuem muito autonomia e são responsáveis por todos os procedimentos do SisProuni, como aferição da veracidade das informações dos estudantes, termo de concessão de bolsa ou reprovação, atualização semestral, suspensão, transferência e encerramento das bolsas. Acredita-se que seja necessário a criação de uma comissão ou órgão específico para fiscalizar as atividades dos coordenadores para que a execução do Programa seja mais eficiente e eficaz.

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou visualizar e entender, teoricamente, como o Prouni encontra-se estruturado para prover ensino superior aos estudantes de baixa renda, principalmente. Ao desenhar a cadeia de causalidade do Programa analisado, foi possível verificar a interação entre insumos, atividades, produtos e resultados, o que serviu como um protocolo orientador para a medição do Programa. Ressalta-se que este trabalho buscou traçar um caminho teórico capaz de auxiliar na construção de instrumentos para mensurar os resultados do programa.

A análise do Prouni sob a ótica da Teoria Programa proporcionou boa fonte de pesquisa para o monitoramento e avaliação do mesmo. Verificou-se a consistência do programa, o qual apresenta organização teórica, consistência, relação causal e legislação bem elaborada. Os resultados encontrados dão subsídio à elaboração de indicadores de desempenho, servindo como ponto de partida para estudos futuros sobre a avaliação do Programa.

Apesar da Teoria do Programa ser bastante criticada por apresentar uma visão gerencial e representar um modelo estático, ressalta-se que a mesma contribui para a avaliabilidade das políticas públicas, pois, para que a avaliação ocorra, é preciso se ter dados disponíveis e sistemas para que ela seja realizada, além de um bom desenho da política/programa. Assim, acredita-se que o presente trabalho contribui para a área de avaliação de políticas públicas, pois reforça a importância da construção de modelos teóricos na área, os quais servem de subsídios para diversos mecanismos de avaliação.

Como limitação, tem-se as fontes de dados que foram as legislações, as quais não são elaboradas com a perspectiva de prover dados necessários à avaliação. Outra limitação foi em relação à teoria utilizada que focaliza estritamente o grau de consecução dos objetivos.

Para futuros trabalhos, sugere-se realizar a análise da validade do desenho construído e propor a criação de instrumentos e/ou medidas de desempenho para que se possa mensurar os resultados do Prouni. Ressalta-se que a disponibilidade de dados em relação ao Prouni ainda é bastante limitada.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. P. do; OLIVEIRA, F. B. de. O ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 21-42, jan./mar. 2011.

AREQUE, Ingrid Câmara. **O Programa Universidade para Todos - Prouni no contexto da reforma universitária (1990-2010)**. 2014. 230 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

BAMBERGER, M. .; RUGH, J. .; MABRY, L. . **RealWorld Evaluation: Working under Budget, Time, Data and Political Constraints**. 2. ed. California: SAGE, 2006.

BELLONI, I. .; MAGALHÃES, H. DE.; SOUSA, L. C. DE. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BICKMAN, L. **The functions of program theory**. New Directions for Program Evaluation, n. 33, p. 5-18, 1987.

BRASIL. *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11096.htm. Acesso em: 13 mar. 2017.

- BROUSSELLE, A.; CHAMPAGNE, F. Program theory evaluation: Logic analysis. **Evaluation and Program Planning**, v. 34, n.1, p. 69–78, 2011.
- CARVALHO, C. H. A. Política de ensino superior e renúncia fiscal: da reforma universitária de 1968 ao PROUNI. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO*, 28., 2005, Caxambú. **Anais[...]** Caxambú: ANPED, 2005.
- CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação**. Nota Técnica, Brasília: IPEA, 2010.
- CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLO, R. de S. P. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior?. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, dez. 2006.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 37, n. 5, p. 969–992, Set./Out. 2003.
- COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 2, p.103-124, Abr. - Jun. 1998.
- FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Como elaborar modelo lógico de programa: um roteiro básico**. Nota Técnica, Brasília: IPEA, 2007.
- LIPSEY, M. W. Theory as Method: Small Theories of Treatments. **New Directions for Program Evaluation**, n. 57, p. 5-38, 1993.
- MARINO, E. **Manual de avaliação de projetos sociais**. 2. ed. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2003.
- MOREIRA, V. de S.; SILVEIRA, S. de F. R. “Minha Casa, Minha Vida”: proposta de avaliação com base na teoria do programa. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 40., 2016, Costa do Sauípe. **Anais[...]** Costa do Sauípe: ANPAD, 2016.
- MORRA-IMAS, L. G.; RIST, R. C. **The road to results: designing and conducting effective development evaluations**. Washington: The World Bank, 2009.
- ORTEGON, E.; PACHECO, J. F.; PRIETO, A. **Metodología del marco lógico para la planificación, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas**. Santiago: CEPAL, 2005.
- PFEIFFER, P. O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n.1, p. 81–122, 2014.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 114, p. 179 - 195, Nov. 2001.
- ROGERS, P.; HUMMELBRUNNER, R. Methodological challenges in using programme theory to evaluate pro-poor and equity-focused programmes. *In: M. SEGONE (ed.)*. **Evaluation for equitable development results**. Unicef Evaluation Office, 2012. p. 142-171.
- SANCHES, R. R. Avaliação de programas de assistência estudantil. **Revista História, Movimento e Reflexão**, v. 1, n. 1, p. 1–16, 2013.

SCHOFIELD, J.; SAUSMAN, C. Symposium on implementing public policy : learning from theory and practice introduction. **Public Administration**, v. 82, n. 2, p. 235–248, 2004.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20 - 45, 2006.

VIEIRA, M. M. F. ; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WEISS, C. H. Which Links in Which Theories Shall We Evaluate? **New Directions for Evaluation**, v. 87, p. 35 - 45, 2000.

W. K. KELLOGG FOUNDATION. **Logic Model Development Guide**. W. K. Kellogg Foundation: Michigan, 2004.

SOBRE O ORGANIZADOR

Wilson Noé Garcés Aguilar es Doctor en Administración de la Universidad del Valle (2020), Magister en estudios interdisciplinarios del desarrollo de la Universidad del Cauca (2018) y Contador Público de la Universidad del Valle (2011). Docente universitario en el suroccidente colombiano en áreas contables, administrativas, financieras y humanas. Ha sido director y evaluador de trabajos de grado y posgrado en universidades latinoamericanas. Se ha desempeñado como par evaluador de revistas y editoriales nacionales e internacionales en el área de la administración, estudios organizacionales y negocios.

Es investigador interdisciplinario en ciencias sociales y humanas reconocido por el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación en Colombia. Ha sido miembro de los grupos de investigación VINCO de la Universidad Cooperativa de Colombia, del grupo Investigaciones Contables, Económicas y Administrativas -GICEA- de la Universidad del Cauca, del Grupo de Investigación Minka de la Fundación Universitaria de Popayán, de los grupos de investigación Territorios, IREHISA y Grupo de investigación Nuevo Pensamiento Administrativo de la Universidad del Valle, del Grupo de investigación GIICO de la Fundación Universitaria Lumen Gentium Unicatólica Cali y de los grupos de Investigación Interdisciplinario en Ciencias Sociales y Humanas y Gestión, Desarrollo y Sociedad de la Corporación Universitaria Autónoma del Cauca.

Es miembro de redes de conocimiento especializado: Red de investigadores ASCOLFA Sur Occidente RIASCOLFA – Colombia, Red Educación y Economía Social y Solidaria, y de la Red de investigadores latinoamericanos de economía social y solidaria.

Participa activamente de eventos científicos en Latinoamérica en calidad de conferencista y ponente y cuenta con variada publicación de artículos y capítulos de libros.

Ha sido director de proyectos de investigación, coordinador de proyectos interinstitucionales con entidades públicas y asesor de programas de iniciación científica en los departamentos del Cauca y Valle del Cauca en Colombia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aceitação e gestão 78, 120

Adaptação 20, 22, 25, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 120

Administración 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 119, 120

Ambiente institucional 40, 120

Avaliação 8, 17, 19, 20, 26, 33, 39, 52, 54, 55, 56, 57, 64, 65, 88, 90, 120

B

Bala de banana 13, 15, 18, 21, 22, 23, 25, 120

C

Caminhoneiros 104, 105, 106, 109, 114, 117, 120

Competências essenciais 40, 120

Coordenação 14, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 120

D

Diversidad 67, 69, 72, 75, 76, 120

E

Ecosistema 1, 2, 6, 8, 9, 11, 12, 120

Egressos 53, 64, 94, 96, 99, 101, 102, 120

Empreendedorismo 1, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 25, 26, 120

Estratégia 10, 11, 13, 27, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 45, 48, 49, 120

Estratégia gerencial 13, 120

Estratégias de suprimentos 27, 28, 120

Estudios organizacionales 67, 68, 69, 71, 72, 76, 77, 119, 120

Estudo de caso 13, 18, 27, 32, 34, 36, 38, 39, 78, 80, 83, 84, 90, 93, 120

F

Fábrica 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 120

Fortalecimento 10, 13, 21, 25, 48, 120

I

Impactos 59, 94, 102, 104, 106, 114, 117, 120

Inovação 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 27, 28, 34, 46, 79, 120

Institucionais 40, 43, 46, 48, 111, 120

M

Marketing estratégico 40, 121
Mobilidade urbana 104, 110, 111, 112, 117, 118, 121
Modelo de negócios 1, 3, 7, 9, 121
Modelo lógico 52, 54, 56, 57, 58, 59, 62, 65, 121
Mudanças organizacionais 78, 79, 80, 81, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 121

P

Patronato 94, 95, 96, 99, 101, 102, 103, 121
Perspectivas 2, 40, 75, 104, 106, 108, 117, 118, 121
Política pública 52, 54, 57, 58, 59, 94, 102, 121
Posicionamento estratégico 40, 121
Problemas estruturais 104, 105, 121
Programa 1, 27, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 94, 95, 99, 100, 101, 121
Proliferações 67, 75, 121
Prouni 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 121

R

Resistência humana 78, 80, 82, 90, 91, 92, 121
Ressocialização 94, 95, 96, 98, 99, 100, 121

S

Seleção de fornecedores 27, 28, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 121
Startups 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 121

T

Teoria 12, 34, 38, 39, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 78, 80, 92, 93, 121
Teoria do programa 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 121
Teoria institucional 78, 80, 92, 121

U

Universidade 27, 40, 51, 52, 53, 64, 78, 80, 93, 94, 103, 117, 118, 121



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**